

**ESTADO E NEOLIBERALISMO: IMPACTO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM
MOÇAMBIQUE**

**STATE AND NEOLIBERALISM: THE IMPACT ON EDUCATIONAL POLICIES IN
MOZAMBIQUE**

Recebido em: 28/01/2025

Aceito em: 20/03/2025

Publicado em: 02/04/2025

Cayndo Lopes Abdul Cadir¹ 

Resumo: O presente artigo subordinado à temática das políticas educacionais, tem como objetivo refletir sobre a influência do neoliberalismo na educação sobretudo no Plano Curricular do Ensino Básico de Moçambique. Do ponto de vista metodológico, o trabalho pautou por uma abordagem qualitativa embasada pela revisão bibliográfica, pesquisa documental e análise de conteúdo. Através da abordagem do ciclo de políticas, nos contextos da prática e dos efeitos foi possível constatar que a política educacional em Moçambique é influenciada por organismos internacionais que exercem poder no seu delineamento, propiciando a elaboração de reformas curriculares que pouco satisfazem a realidade contextual do país. Ademais, o Plano Curricular do Ensino Básico apresenta uma perspectiva de formação tecnicista que se enquadra na agenda neoliberal visando o capacitismo para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Estado; Neoliberalismo; Educação; Políticas Educacionais; Currículo.

Abstract: This paper, which is dedicated to the theme of educational policies, aims to reflect on the influence of neoliberalism on education, especially in the Basic Education Curriculum Plan of Mozambique. From a methodological point of view, the work was guided by a qualitative approach based on a bibliographic review, documentary research and content analysis. Through the policy cycle approach, in the contexts of practice and effects, it was possible to verify that educational policy in Mozambique is influenced by international organizations that exercise power in its design, enabling the elaboration of curricular reforms that do not satisfy the contextual reality of the country. Furthermore, the Basic Education Curriculum Plan presents a perspective of technical training that fits into the neoliberal agenda aimed at capacitation for the labor market.

Keyword: State; Neoliberalism; Education; Educational Policies; Curriculum.

INTRODUÇÃO

Antes de mais, importa partilhar a fala repetida em vários discursos do líder e ícone da primeira república de Moçambique, globalmente conhecido pelo seu engajamento na luta contra as desigualdades sociais proporcionadas pelo capitalismo:

- Vamos fazer da Escola a base para o povo tomar o poder (Samora Machel).

O discurso de Machel sugere uma educação que contribui para a construção de uma nação independente, capaz de desenhar, introduzir e interpretar suas políticas públicas tendo em conta os contextos e estabelecer relações diplomáticas com outros povos garantindo a sua soberania, enfim, uma nação feita por cidadãos íntegros, com autoestima e comprometidos com a causa nacional.

¹ Mestrando em Educação na Universidade Federal de Rondonópolis. Email: lopes.cayndo@aluno.ufr.edu.br

O poder socialista mobilizado por Machel indica o interesse em promover uma educação de inclusiva e de qualidade para os sujeitos, por forma a que se tornem autônomos e emancipados, em suma uma educação que visa a criação de um homem novo, livre das amarras coloniais. Entretanto, à porta das comemorações do cinquentenário da independência de Moçambique, encontra-se um país na quinta posição entre os países mais pobres do mundo, com 80% da população abaixo da linha da pobreza conforme os relatórios do FMI² e um sistema educacional com dificuldades de se impor, face ao *status quo* imposto pelos ventos capitalistas e neoliberais.

A instabilidade econômica do país caracteriza-se principalmente pela limitação ao acesso de serviços e bens sociais básicos, nomeadamente, educação, saúde, segurança, alimentação, eletricidade, entres outros, que o Estado se vê incapaz de prover de forma satisfatória aos seus cidadãos.

Com base no ideal de uma educação emancipatória vislumbrada por Machel, pretendemos através do Plano Curricular do Ensino Básico, fazer uma análise das políticas educacionais em Moçambique, buscando refletir sobre a sua adequação ao contexto socioeconómico face às crescentes ondas de políticas neoliberais que adentram no país apadrinhadas pelos discursos da modernidade e globalização ocidentais.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, este trabalho pautou por uma abordagem qualitativa (Gil, 2008), embasada pela revisão bibliográfica, pesquisa documental e análise de conteúdo (Bardin, 2016), através das quais buscamos o referencial teórico sobre o neoliberalismo a nível global e a sua introdução no sistema político e económico em Moçambique, na perspectiva de compreender as suas intersecções com as políticas educacionais vigentes no país tendo como referência do Plano Curricular do Ensino Básico. Ademais, interessou o uso da abordagem de ciclo de políticas, especificamente, os contextos da prática e dos efeitos (Mainardes, 2006), na perspectiva de vislumbrar a interpretação do texto político, usado para este estudo, pelos sujeitos atores que agem sobre o mesmo.

NEOLIBERALISMO EM MOÇAMBIQUE

² Fundo Monetário Internacional.

O neoliberalismo como doutrina socioeconômica é desenvolvido entre as décadas de 70 e 80 em contraponto às políticas de bem estar social Keynesianas que sugeriam a intervenção acentuada do Estado na economia. Os governos de Roland Regan (Estados Unidos da América) e Margareth Thatcher (Reino Unido) forma os que primeiramente se destacaram na introdução de políticas neoliberais com o objetivo de promover um rápido incremento económico em resposta à crise dos anos 70. Neste sentido, foram introduzidas várias políticas micro e macroeconômicas que essencialmente limitavam a intervenção do Estado nas regulamentações na economia, promovendo a privatização de empresas e serviços estatais, a competitividade e abertura aos mercados internacionais.

Dardot e Laval (2016), refletem de forma detalhada o funcionamento da sociedade neoliberal, evidenciando a sua estruturação que atravessa as relações e vivências sociais, transformando indivíduos e instituições em máquinas, em constante aprimoramento, à serviço do capital. Os autores comprovam a abrangência global do neoliberalismo, tornando os estados em meros mecanismos passivos visando o incremento da lógica do mercado que se alarga na moldagem de comportamentos de sujeitos por forma a adequá-los para servirem à estrutura capitalista.

No caso de Moçambique, com a conquista da independência do jugo colonial português a 25 de junho de 1975, torna-se num país de orientação socialista, aliando-se aos denominados países não alinhados auto identificados como anticapitalistas e anti-imperialistas liderados pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nos primeiros anos, é promovida a nacionalização de empresas e imóveis outrora pertencentes majoritariamente a indivíduos ligados à estrutura colonial, facto que culminou em 1976 com a escalada de uma guerra civil que durou 16 anos, ceifando vidas de mais de 1 milhão de pessoas e destruindo infraestruturas vitais para o funcionamento do país.

Relacionado à conjectura geopolítica dos finais dos anos 80 e início de 90, caracterizada pela fome e desestabilização econômica no país, a guerra fria e a posterior queda do bloco socialista, Moçambique, abdicou-se do socialismo e passou a adotar políticas liberais caracterizadas pela privatização das empresas estatais visando promover a reconstrução socioeconômica sob principal apadrinhamento FMI e do Banco Mundial. No entanto, as privatizações culminaram com a falência de mais de 60% das empresas e também criaram monopólios pertencentes a grupos restritos, incrementando deste modo as desigualdades. Outrossim, a injeção do investimento estrangeiro pouco tem contribuído para o desenvolvimento do país, mas sim incrementa o endividamento público que atualmente supera o Produto Interno Bruto, confirmando o pensamento de Leher (2003) segundo o qual o financiamento externo e as políticas neoliberais têm um impacto muito forte na economia, no

caso da educação, promovendo a sua mercantilização e desvalorização (Curry, 2002), por consequência, colocando a sua qualidade em questionamento.

REFORMA CURRICULAR E O ENTRETECIMENTO COM A AGENDA NEOLIBERAL

A educação é um projeto social intimamente ligado à humanidade, cuja missão secular foi muito associada ao efeito moldador dos sujeitos. Para tal, ela deve estar associada a aspetos qualitativos, e também, deve se atentar às dinâmicas sociais para que não seja alvo de sevícias pela própria sociedade.

No ano de 2025, Moçambique comemora os 50 anos de sua independência, entretanto, o país ainda se ressent das colonialidades introduzidas pelo sistema político português e aos poucos vai construindo a sua política pública. No caso do Sistema nacional de educação, num intervalo de 40 anos, 3 currículos já foram sequencialmente substituídos através do mesmo número das seguintes leis: 4/83 de 28 de Março, 6/92 de 28 de Abril e, recentemente, a 18/2018 de 28 de Dezembro. Entretanto, segundo Francisco (2022, p.161) “pode se acreditar que mudar currículos é fundamental de modo a melhorar a prestação do que se pretende dar a sociedade de amanhã, mas em fim, as nossas mudanças tem sido mudanças para mercadologia tendo em conta o neoliberalismo.” Isto é, no lugar de se promover uma formação crítica, a inclinação das reformas curriculares tem sido para uma formação tecnicista voltada ao mercado de trabalho.

Em todas as leis atrás indicadas, sempre esteve patente a intenção do país garantir uma educação de qualidade, formando cidadãos com uma preparação política, ideológica, científica, técnica, cultural, física, patriótica e cívica (Moçambique, 2018). Entretanto, este desiderato, continua além das expectativas, pois, o país possui, apenas 0,446 pontos, ocupando a posição 185 de 191 países no *raking* do PNUD³ (2024), traduzindo-se num dos países com o índice de desenvolvimento humano mais baixo do mundo.

As reformas curriculares introduzidas sucessivamente pouco impacto produziram na elevação qualitativa do Ensino Primário, por exemplo, porque os índices de aproveitamento continuaram a decrescer (Relatório do MINED⁴ ao Conselho de Ministros, 1988 *apud* Golias, 1993). “Num estudo realizado pelo MINED verificou-se que numa amostra de 1000 crianças que no ano de 1983 ingressaram a 1ª classe apenas 102 é que transitaram para a 5ª classe, em 1987, isto é, simplesmente 10% dos ingressos” (Golias, 1993, p. 66).

³ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

⁴ Ministério da Educação, designação atualmente extinta.

Ademais, o MINEDH⁵ reconhece a baixa qualidade de ensino no país que se manifesta pela “saída de graduados com conhecimentos e competências abaixo das expectativas dos cidadãos e das necessidades do mercado de Trabalho” (MINEDH, 2020, p. 28), considerando haver “limitações sérias de aprendizagem no Ensino Primário. Em 2016, em média apenas 4,9% das crianças da terceira classe revelaram ter adquirido as competências de literacia definidas para esse nível de ensino” (MINEDH, 2020, p. 28).

Castiano e Ngoenha (2013) explicam que a pressão para o incremento da qualidade da educação vem desde os primeiros anos após a independência, período em que a massificação da educação era usada como estratégia de reassentamento das populações e consolidação da unidade nacional, entretanto, na atualidade, várias razões são elencadas para explicar o seu baixo índice: carreira do professor desvalorizada e políticas educacionais inapropriadas (Zucula, 2020); condições inadequadas de trabalho que aumentam a desmotivação e a falta de autoestima dos professores e dos alunos (Beira *et al.*, 2015) e; influência do poder político no Ensino e a sua dependência no financiamento externo para suportar a Educação no país (Muhache, 2021).

De acordo com Muhache (2021), a política educacional do país é refém de influências das organizações internacionais como FMI, Banco Mundial, UNICEF⁶, UNESCO⁷, União Europeia, entre outras, que por serem os principais financiadores do Orçamento do Estado, exercem poder no seu delineamento. Neste sentido, embora o Estado procure adequar, à realidade nacional, currículos devidamente encomendados e empacotados pelos doadores, o que se constata no contexto da prática (Mainardes, 2006), é uma réplica da agenda global capitalista e neoliberal desconsiderando o contexto local do currículo, daí o seu potencial fracasso.

A sociedade moçambicana, tem, de forma uníssona, criticado o Sistema Nacional de Educação e considerado o currículo irrelevante e descontextualizado à realidade do país, pois, a maior parte dos graduados da educação básica não desenvolve competências básicas de leitura, escrita e cálculo, por isso, julga-se pertinente questionar os fatores que levam à descrença da educação formal em Moçambique.

No contexto económico, como já se falou, Moçambique é um país dependente de doações externas para concretizar as suas políticas públicas, ademais, até 2014 a dívida externa do país absorvia cerca de 30% do Orçamento anual do Estado. Ainda sobre esta matéria, de acordo com o

⁵ Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.

⁶ Fundo das Nações Unidas para a Infância.

⁷ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Plano Estratégico da Educação (INDE⁸, 2020), Moçambique guarda sequelas da crise económica registada nos anos 80, resultante da destruição de infraestruturas pela guerra civil e atualmente pelos cíclicos desastres naturais, para além das dívidas não declaradas de 2.2 bilhões de dólares, contraídas em 2013 em nome da soberania nacional, que condicionaram o financiamento externo ao Orçamento do Estado.

A reforma curricular, do ensino primário, mais recente, foi introduzida no ano de 2020 em resposta à Lei n.º 18/2018 de 28 de dezembro. Nela, destaca-se, para este estudo, a introdução do ensino baseado em competências visando promover “o saber ser, estar e fazer” (INDE, 2020), dando ênfase ao desenvolvimento de habilidades com vista ao acesso ao mercado de trabalho.

O ensino baseado em competências tem uma relação direta com a agenda neoliberal, na medida em que propicia a corrida para a preparação dos sujeitos com vista a responder a demanda mercantil e aumento da produção. Adicionalmente, há muitos desafios enfrentados na imposição deste tipo de ensino, nomeadamente, a exigência de uma avaliação contínua e complexa para aferir o alcance das competências previstas para o aluno, para esse fim, é necessário que haja a formação de professores de forma constante e atualizada, capazes de interpretar efetivamente o currículo introduzido, outrossim, é importante que de forma igualitária, as escolas tenham recursos e uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento prático das atividades que proporcionem o saber fazer caso contrário, a escola se transforma no centro de réplica de igualdades.

Face aos desafios atrás expostos, a escola pública moçambicana, limitada do ponto de vista material e político, vê-se inferiorizada com a crescente privatização de escolas advindas das parcerias público-privado que mercantilizam a educação publicitando currículos estrangeiros, como o Cambridge, neste sentido, , à busca de uma educação de qualidade, os pais e/ou encarregados de educação são implicitamente forçados a matricular seus filhos em escolas privadas, cujos preços para a frequência são grosso modo asfixiantes.

Ademais, este ensino tende a ser meritocrático, individualista e virado a competição, assim o aluno não tem outra opção senão aplicar esforços desmedidos para estar ao nível da exigência do mercado. Porém, o que se observa é uma população frustrada as com elevadas taxas de desemprego e desigualdades.

⁸ Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação.

ANÁLISE DO PLANO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO A PARTIR DA ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS: OS CONTEXTOS DA PRÁTICA E DOS RESULTADOS OU EFEITOS

O contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação por parte dos diversos atores capazes de produzir efeitos e consequências que podem resultar em mudanças e transformações significativas no texto ou na política original. Evidentemente, os atores que agem sob o currículo, na prática, não fazem uma leitura ingênua dos textos políticos, daí que partes podem ser rejeitadas, ignoradas, deliberadamente interpretadas de maneiras distanciadas, ademais, podem ser feitas réplicas superficiais, resultando na geração de desigualdades, injustiças, entre outras questões (Mainardes, 2006).

Analisando o contexto da prática do Plano Curricular do Ensino Primário em Moçambique as interpretações, por diversos autores, ao texto político, neste caso a lei número 18/2018 de 28 de dezembro, abrem espaço para diversas indagações. A propósito, Duarte (2018) por exemplo, aponta que, as passagens semiautomáticas durante os ciclos de aprendizagem foram adoptadas num domínio burocrático e administrativo, juntando classes artificialmente denominadas de ciclos, com o objetivo de mascarar a realidade através da fabricação de resultados escolares. Como consequência, os intervenientes do processo educativo, principalmente os professores, alunos, pais e/ou encarregados de educação perceberam que com base no plano curricular não se reprova, o que conduziu toda a comunidade escolar a um comodismo crónico e generalizado, facto, sublinhando por Dias (2009) citado por Parruque (2017), que ao se tentar resolver o problema das repetências criando os ciclos de aprendizagem, apenas se escamoteou o problema da qualidade de ensino.

A valoração pejorativa disposta no parágrafo anterior, não só está ligada a dificuldade do governo arcar com a responsabilidade de garantir condições materiais às escolas (livros, salas de aula, carteiras, etc.), mas também, como afirma, Parruque (2017), os professores pouco entendem dos ditames da avaliação formativa, base fundamental para uma educação por ciclos de aprendizagem. Fazendo com que o professor se apegue à avaliação sumativa, buscando literalmente somar as notas do aluno, classifica-lo em escalas numéricas, fadando deste modo, a aprendizagem por ciclos ao fracasso.

No tocante a aprendizagem centrada no aluno, importa referenciar um artigo de Michele Scheweisfurth (2019), publicado pela UNICEF, no qual a pesquisadora advoga que esta estratégia de aprendizagem e os métodos específicos conexos são amplamente promovidos como exemplos de melhor prática pedagógica. Contudo, após coletar experiências e relatos em contextos distintos,

Schweisfurth (2019), chega à conclusão que a aprendizagem centrada no aluno não está a funcionar. Há fatores que podem estar a influenciar o seu fracasso, nomeadamente, a falta de motivação da parte do aluno e do professor influenciada pela fraca capacidade da sua auto-gestão, a formação inadequada dos professores, a sobrecarga curricular e a resistência mudança por parte de diversos intervenientes do processo educativo. Portanto, intervenções de formação de curto prazo podem não ser suficientes para uma aplicação eficaz da modalidade, por conseguinte, a sua utilização deficiente e isolada não será mais eficaz que a diversificação de metodologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo visou fazer uma crítica a inflexibilidade das políticas educacionais no Sistema Nacional de Educação de Moçambique face a agenda neoliberal que enfraquece o papel interventivo do estado nas políticas públicas, para tal, foi tomado como referência o Plano Curricular do Ensino Básico vigente no país.

Após a queda do bloco socialista, Moçambique cedeu à pressão do capitalismo e passou a introduzir políticas neoliberais privatizando empresas e serviços sociais e captando financiamento sobretudo nas instituições de Bretton Woods e se abrindo aos investimentos estrangeiros das grandes corporações, gerando endividamento público que supera o Produto Interno Bruto, o que propicia o aumento alarmante de população desempregada e pobre, bem como o elevado índice de desigualdades sociais.

No âmbito da Educação, as reformas curriculares não conseguem apresentar uma política educacional através de um currículo capaz de satisfazer a realidade contextual e as necessidades concretas do país, facto justificado pela sua dependência substancial do financiamento por organismos internacionais como o FMI, Banco Mundial e a União Europeia que estabelecem parâmetros para o funcionamento do Sistema Nacional de Educação em Moçambique.

Olhando para o Plano Curricular do Ensino Básico é notório que a sua perspectiva é meramente tecnicista visando o capacitismo dos sujeitos para o mercado, isto é, no final deste nível de ensino, espera-se que o aluno adquira competências necessárias para competir no mercado de trabalho, paradoxalmente, os índices de desemprego são elevados influenciado em parte pela qualidade questionável dos formados, uma vez que muitos deles não desenvolvem as competências básicas previstas.

O crescente surgimento de instituições de ensino privadas que provêm currículos estrangeiros, desenquadrados do contexto socioeconómico, cultural e político do país, supostamente de melhor

qualidade, aumenta a descrença na escola pública que se depara com críticas advindas dos diferentes quadrantes da sociedade. Portanto, as políticas educacionais, em Moçambique, embasadas na agenda global do neoliberalismo colocam em causa o objetivo primordial da educação que se resume no desenvolvimento integral do ser humano de forma inclusiva e igualitária.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEIRA, Joana Carlos; VARGAS, Sandra M. Lohn; GONÇALO, Cláudio Reis. Gestão de qualidade de ensino básico em Moçambique: um estudo em escolas primárias e públicas. **NAVUS: Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 4, n. 5, out.-dez., 2015.

CASTIANO, José Paulo; NGOENHA, Severino Elias. **A longa marcha duma "Educação para Todos" em Moçambique**. 3. ed. Maputo: Publifix, 2013.

CURY, Carlos R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, S. M. A avaliação por ciclos de aprendizagem no Ensino Básico em Moçambique: entre tensões e desafios. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 33–47, 2017. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.13i1.0002. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/10562>. Acesso em: 2 jan. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLIAS, Manuel. **Sistema de Ensino em Moçambique: passado e presente**. Maputo: Editora Escolar, 1993.

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – INDE. **Plano Curricular do Ensino Básico**. Maputo, 2020.

LEHER, Roberto. Reforma do estado: o privado contra o público. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2022. DOI: 10.1590/S1981-77462003000200003 . Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1924>. Acesso em: 2 jan. 2025.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, 2006.

MECHISSO, Guedes. **Política(s) de assistência estudantil no ensino superior em Moçambique: passado, presente e desafios**. Porto Alegre, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO – MINEDH. **Plano estratégico da educação 2020-2029**. Maputo, 2020.

MOÇAMBIQUE. **Boletim da República**, I série. Lei 4/83 de 23 de março: Sistema Nacional de Educação. Maputo: Imprensa Nacional, 1983.

MOÇAMBIQUE. **Boletim da República**, n. 19, I série. Lei 6/92 de 6 de maio: Sistema Nacional de Educação. Maputo: Imprensa Nacional, 1992.

MOÇAMBIQUE. **Lei 18/2018 de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação na República de Moçambique. Maputo: Imprensa Nacional, 2018.

MUHACHE, Crimildo Felizberto. Influência do poder político no processo educacional em Moçambique, 1975-2002. **Revista Síntese**, v. 18, 2021.

PARRUQUE, Yolanda S. **Reflexão sobre o sistema de progressão por ciclos de aprendizagem**. Maputo: Udziwi, 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano, acessado em Moçambique**. United Nations Development Programme, 2024. Disponível em: <https://www.undp.org>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SCHWEISFURTH, Michele. **Learner-centred education in international perspective: whose pedagogy for whose development?** Nova Iorque: UNICEF, 2019.

ZUCULA, António Fernando. Qualidade da educação em Moçambique: Uma análise a partir dos indicadores educacionais. **Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 189–204, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/11134>. Acesso em: 2 jan. 2025.